

PSol vai à Justiça contra Renan

LEONEL ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

Depois de entrar com representação no Conselho de Ética do Senado pedindo a abertura de processo por quebra de decoro do presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL), o Partido Socialismo e Liberdade (PSol) está preparando uma denúncia crime a ser apresentada ao Ministério Público Federal solicitando a abertura de inquérito pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar os negócios agropecuários do senador. “É o organismo que nos resta, já que o Conselho de Ética não consegue fazer a investigação e a denúncia feita pelo nosso partido está parada”, disse o deputado Chico Alencar (PSol-RJ).

Segundo Alencar, a alternativa de apresentar uma notícia-crime ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, vai driblar a chicana jurídica adotada pelos aliados de Renan, que o consideram inocente das acusações de ter despesas pessoais pagas por um lobbista da empreiteira Mendes Júnior. A representação do PSol já tem quase um mês e até agora não foi julgada. Neste período, dois relatores escolhidos para o caso renunciaram e até o segundo presidente do conselho, senador Sibá Machado (PT-AC), deixou o cargo alegando pressões políticas. “O que está acontecendo no Senado é um escândalo. Não vamos esperar isto indefinidamente porque se trata de uma manobra protelatória espúria”, atacou Alencar.

O PSol pretende relatar ao procurador-geral pelo menos dois crimes: falsificação ideológica e fraude fiscal que teriam sido praticados por Renan ao tentar explicar que teve rendimentos oriundos da produção pecuária em Alagoas para pagar pensão alimentícia à jornalista Mônica Veloso, com quem o senador tem uma filha. “Uma investigação do procurador impediria a atuação de Renan e do esquadrão da morte da ética na política que deixa o conselho do Senado paralisado”, argumentou Alencar.

Minorias

Outra frente de pressão adotada pelo PSol é a apresentação de um mandado de segurança no Supremo exigindo que a corte determine o funcionamento do Conselho de Ética do Senado. Este instrumento jurídico é o mesmo utilizado pelas minorias no Congresso para obrigar a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) no Legislativo. O PSol aguarda a escolha do relator para a representação contra o senador Joaquim Roriz (PMDB-DF), protocolada anteontem pelo partido. “Se em alguns dias o relator não for escolhido, a alternativa vai ser apresentar nova notícia crime junto ao procurador para investigar o senador Roriz”, previu Alencar (leia mais nas páginas 5 e 6).

Ontem o PSol enviou requerimento ao secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, solicitando a abertura de uma investigação para analisar a evolução patrimonial de Renan e sobre as transações milionárias e pecuárias de Roriz.

Paralelamente a essas ações, o PSol organiza para a próxima semana manifestações populares em São Paulo, Rio, Porto Alegre e em outras capitais pedindo o aprofundamento das investigações nos casos Renan e Roriz.